



## PODER

# Sem trégua no embate com o Banco Central

Lula diz que não tem de pedir licença para governar nem obrigação de agradar e enfatiza direito de estabelecer sua política econômica

» INGRID SOARES

Em mais um capítulo da guerra que abriu com o Banco Central por causa das taxas de juros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse não ter de pedir licença para governar e enfatizou o direito de estabelecer sua política econômica. As declarações ocorreram no Palácio do Planalto, durante a reunião com líderes partidários do Conselho Político da coalizão.

“Confio que a economia vai voltar a crescer. A gente não tem de pedir licença para governar, a gente não tem de agradar ninguém. Tem de agradar o povo brasileiro, que acreditou em um programa que nos trouxe aqui. É esse programa que vamos cumprir para obter o sucesso que o povo espera do nosso governo”, frisou.

Aos parlamentares presentes no encontro, Lula ressaltou que “ninguém tem de ter vergonha de ser deputado ou senador ou que foi eleito por isso e por aquilo”. “Foram eleitos pelo povo brasileiro e, portanto, todos vocês e todo o governo têm o direito de estabelecer sua política econômica, têm o direito de estabelecer a sua política social”, sustentou. “Temos de tentar fazer, dentro da nossa possibilidade, aquilo que foi o propósito pelo qual ganhamos as eleições. Houve um programa, houve um discurso e houve uma votação, e o resultado somos nós”, emendou, citando que a reunião marca “uma nova relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo”.

No último dia 6, Lula ressaltou não haver razões para a taxa de juros estar a 13,75% desde 3 de agosto. Uma semana antes, chamou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de “esse cidadão”. No mês passado, disse considerar uma “bobagem”

a independência do BC. A nova investida contra a instituição ocorreu um dia depois de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificar como “amigável” a ata do Comitê de Política Monetária (Copom).

O chefe do Executivo informou que, após a visita aos Estados Unidos — ele viajará hoje a Washington —, percorrerá o Brasil retomando obras paradas e falou em colocar a “roda gigante da economia para funcionar”. Destacou que “não quer saber de quem é a obra e em que período de governo foi feita”. “Se conseguirmos fazer com que todas as obras que estão paradas comecem a funcionar, a gente pode contribuir para fazer com que a economia brasileira não seja o desastre previsto pelo FMI na última avaliação deles”, frisou, numa referência ao Fundo Monetário Internacional.

### Estocada

Lula ainda deu indiretas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Sem citá-lo, afirmou que “é bom a gente esquecer quem governou este país até o dia 31 de dezembro”. Reforçou, porém, que não se deve “nunca esquecer a tentativa de golpe em 8 de janeiro”.

O petista relatou ainda o histórico de protestos pacíficos realizados por movimentos sociais e, em nova indireta a Bolsonaro, frisou os atos golpistas teriam sido “arquitetados pelo responsável maior de toda a pregação do ódio”.

Ele ressaltou, também, querer “restabelecer a conversa mais civilizada possível com o Congresso” e que Parlamento e governo não são inimigos. “Outro dia, me perguntaram qual seria a minha base no Congresso. Disse que ia começar a minha administração com 513 deputados na minha base na Câmara e com 81 senadores no Senado, e que depois

Ricardo Stuckert/PR



Lula: “A gente não tem de pedir licença para governar, não tem de agradar ninguém. Tem de agradar o povo”

### Projeções

Em 30 de janeiro, o FMI revisou as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A instituição elevou de 1,0% para 1,2% a estimativa para o crescimento do PIB em 2023, mas reduziu de 1,9% para 1,5% em 2024.

que o jogo começasse, a gente ia ver para onde as pessoas iam se arrumando.” O presidente acrescentou estar confiante de que conquistará maioria ampla para aprovar as reformas

### » Viagens pelo Brasil

O presidente Lula listou as viagens que pretende fazer pelo Brasil. No dia 14, a expectativa é que visite Santo Amaro, na Bahia, para o relançamento do Minha Casa Minha Vida. No dia 15, irá a Sergipe para a retomada de obras em estradas. Após o carnaval, o petista percorrerá outros estados, anunciando investimentos como a volta do programa Água para Todos, que reúne medidas preventivas e corretivas contra a seca, sobretudo nas zonas rurais, devendo iniciar pela Paraíba.

e projetos da sua gestão.

“Eu tenho certeza de que a gente vai conquistar uma maioria ampla para fazer as mudanças que precisamos neste país”, afirmou. “Sabemos que, em

tempo de autoritarismo, muitas coisas são aprovadas e, depois, a gente fica tendo consciência de que essas coisas não serviram ao propósito em que muita gente acreditou e apostou.”

## Encontro com Biden

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viaja a Washington, hoje, com o objetivo de recolocar nos trilhos as relações do Brasil com o presidente americano, Joe Biden, que ficaram tensas durante o governo Bolsonaro. O encontro ocorrerá amanhã.

A Casa Branca indicou que serão discutidos “o apoio inabalável dos Estados Unidos à democracia no Brasil” e “os desafios comuns” dos dois países, assim como “a mudança climática, a segurança alimentar, o desenvolvimento econômico, o reforço da paz e da segurança e as migrações regionais”.

Lula quer “reafirmar a parceria estratégica” com os EUA, “energizando a cooperação em áreas centrais e fortalecendo a aliança mútua em agendas sensíveis do momento para os dois presidentes, como meio ambiente e defesa da democracia”, disse Fernanda Magnotta, coordenadora de relações internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo.

A democracia no Brasil esteve sob ataque em 8 de janeiro, quando golpistas bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, exigindo a renúncia do petista. As investidas mimetizaram diversos aspectos dos ataques ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump.

“Um tema de maior afinidade é a luta contra a radicalização da extrema direita, representada pelo bolsonarismo no Brasil e pelo trumpismo nos Estados Unidos, que são movimentos irmãos”, afirmou Guilherme Casarões, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# Debate sobre juros e BC muda o foco da política

Um mês após a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, cujos responsáveis estão sendo investigados, a polêmica sobre os juros altos e a atuação do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, mudaram o foco do debate político da questão democrática para a economia, principalmente a retomada do crescimento e a questão social. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que contava com a irrestrita solidariedade do mundo político, dos agentes econômicos e da mídia, em decorrência dos atos antidemocráticos, passou a sofrer fortes críticas em razão das suas declarações contra Campos Neto e a taxa Selic 13,75%.

Criticado pela forma e oportunidade das declarações, Lula manteve sua posição em reunião com presidentes de partidos e líderes da bancada, ontem, no Palácio do Planalto. Entretanto,

a oposição no Congresso passou à ofensiva. A independência do BC não está em questão, segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, mas a política de juros realmente passou a ser a grande preocupação do presidente. A situação da economia é um flanco aberto para a oposição bolsonarista e moderada.

No Senado, ontem, o senador Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro do Desenvolvimento Regional de Bolsonaro, tentava reagrupar as forças que o apoiaram na eleição para a Presidência da Casa, quando teve 32 votos, enquanto o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) endureceu o discurso contra os extremistas que participaram dos atos de vandalismo. Nos bastidores, as articulações para a distribuição dos cargos nas comissões permanentes da Casa estavam quase concluídas, mas o tema

dos juros ganhou relevância. A deputada Soraia Santos (PL-RJ) anunciou que pretende pedir a convocação de Campos Neto ao Senado. Advogada tributarista, não avançou nenhuma posição em relação à taxa de juros. Obviamente, a convocação muda o foco dos debates do 8 de janeiro para a economia.

Na Câmara, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), que voltou a dar as cartas na legenda, iria à toa ao comentar a polêmica sobre os juros e as declarações de Lula. Na avaliação do tucano, se o governo não fizer um ajuste fiscal e agir com austeridade neste ano e no próximo, não terá a menor chance de dar certo. Ex-presidente da Câmara e ex-governador de Minas, Aécio defendeu uma candidatura própria do PSDB nas eleições passadas e não esconde o desejo de que a legenda volte a ser uma alternativa ao PT. A grande aposta é na

candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, novo presidente da legenda.

Muita gente torce para que o governo Lula fracasse e a proposta de “terceira via” renasça das cinzas. Para isso, acreditam que o populismo de Lula e o hegemônico petista acabarão afastando do governo as ministras do Planejamento, Simone Tebet, e do Meio Ambiente, Marina Silva. Imaginam até que haveria uma possibilidade de deriva do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior, para a oposição, o que não combina com sua personalidade. A insatisfação com as declarações de Lula acalenta esses cenários. A reunião do chefe do Executivo com os partidos políticos, porém, sinalizou a estabilização da base parlamentar.

Na sociedade civil, muitos intelectuais e economistas

convergiriam para um posicionamento de ampla condenação às declarações de Lula. Os que defendem o governo nesse quesito são uma minoria. Existe um dogma de que a atual taxa de juros é o instrumento adequado para conter a inflação. Como Lula não tem um plano econômico e está tateando o caminho a seguir, há incertezas quanto ao futuro. Os ministros do Palácio do Planalto, que formam seu estado maior, não têm massa crítica para conter os arroubos e comportamento errático do presidente.

O governo está sem um foco claro para a retomada do crescimento. Lula insiste em dar continuidade às obras públicas paralisadas para aquecer a economia, uma velha fórmula keynesiana, mas insuficiente devido à baixa capacidade de financiamento do governo. A equipe econômica aposta mais na reforma

tributária, cuja negociação avançou no Congresso, durante o governo Bolsonaro. Resultado: passou o momento de unanimidade devido à tentativa de golpe de 8 de janeiro, sem um programa mobilizador dos agentes econômicos para a economia, Lula se mantém no palanque e fala o que o povo quer ouvir, na definição do líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA).

Um levantamento feito pela Modal & AP Exata, na terça-feira, mostrou que suas críticas aos juros altos e ao BC tiveram repercussão positiva nas redes sociais, território onde a extrema direita bolsonarista continua muito ativa. A aprovação de Lula subiu de 38% para 40%, enquanto a negativa caiu de 62% para 60%. A avaliação do governo chegou a 35,4% de bom e ótimo, 26,2% de regular e 38,4% de ruim e péssimo. Ou seja, o ambiente é muito volátil.